

Constituinte e participação

Um país como o Brasil, que já teve sete Constituições, não poderia estar a enfrentar a Constituinte a ser eleita no próximo ano senão com complexos e com um certo sentimento de insegurança. Todos querem que a Constituinte seja capaz de nos fornecer uma lei magna que dure, que seja capaz de reger nossa vida como sociedade organizada por um longo período.

A vontade de contribuir para que a próxima Constituição seja um instrumento estável e que represente um instrumento seguro para orientar as mudanças que se fazem necessárias é partilhada por todos. O anúncio da comissão encarregada pelo presidente Sarney de preparar os trabalhos da Constituinte é, em consequência, um dos fatos determinantes e mais importantes de nosso momento político.

Tancredo Neves considerava como tarefa primeira e mais importante da Nova República o reordenamento jurídico de nossa vida pública. Foi ele que colocou na plataforma da Aliança Democrática a elaboração de uma nova Constituição como tarefa fundamental. O presidente Sarney, engajado desde o primeiro momento no compromisso solene da Aliança, é que está a dar os passos preliminares para que tal ocorra com êxito.

Num momento dúvidas apareceram se caberia ao Executivo ou ao Legislativo a iniciativa de constituir uma comissão preparatória dos trabalhos dos constituintes. Vigorou a tese de que seria o presidente da Nova República que deveria fazê-lo. Ele é a autoridade que instalou a transição e com o apoio de todos os brasileiros está a conduzir o País nos rumos de uma democracia plena. É com esta autoridade mais a que lhe confere sua posição de chefe do Es-

tado que organizou a comissão preparatória.

Toda a sociedade, todos os brasileiros estão interessados em todo o processo de elaboração constitucional. Todos são chamados a participar deste trabalho que, se bem efetuado, marcará nossa história política. Os graus e momentos de participação são diversos e dependem não só do momento do processo como também das aptidões de cada um. Só a forma de participar deve variar.

A comissão que está sendo constituída será, por assim dizer, a cúpula do processo preparatório, o conjunto da Nação a sua ampla base.

A participação se dará inicialmente no nível dos debates. Imprensa e meios de comunicação já estão abrindo suas portas para este debate que promete mobilizar a todos. Outros canais de contatos entre a comissão e os cidadãos serão em breve abertos.

O segundo momento importante será o da preparação das eleições dos constituintes. Na campanha eleitoral o processo de debates se acelerará e será culminado com o voto dos cidadãos. Eles escolherão já conhecendo o que cada candidato representa como opção diante dos temas fundamentais da Carta Magna. A Comissão preparatória terá o mérito de fecundar a campanha eleitoral e facilitar a escolha dos cidadãos.

Não terminará no momento do voto o papel da sociedade. Ele seguramente prosseguirá durante o trabalho constituinte. O debate que os representantes do povo engajarão repercutirão na opinião pública e trarão para os membros do Congresso os reflexos das reações da população.

A instalação da comissão escolhida pelo presidente da República marcará, sem dúvida, um momento de grande e intensa mobilização cívica.

ANC 88
Pasta 08/85
085/1085